



Visão

30-01-2020

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 132725

Temática: Justiça

Dimensão: 1290 cm²

Imagem: S/Cor

Página (s): 68 a 70

F

JUSTIÇA

Tsunami Em vários ataques informáticos à sociedade de advogados PLMJ, que durante anos representou Isabel dos Santos, o *hacker* Rui Pinto vasculhou 150 computadores



Anatomia de um "leak"

Rui Pinto sabia há muito que o escândalo ia rebentar. Só não sabia quando nem que ia chamar-se *Luanda Leaks*

 J. PLÁCIDO JÚNIOR E PEDRO RAÍNHO

Enquanto esperava que a bomba rebentasse, Rui Pinto passava os dias na cadeia junto à sede da Polícia Judiciária, em Lisboa, a jogar pingue-pongue e xadrez com alguns reclusos da confiança dos guardas. Até há poucas semanas, o *hacker* de 31 anos, instalado numa cela individual, tomava as refeições e frequentava o pátio sozinho, sempre fora do horário dos restantes reclusos, por questões de segurança. Quando as primeiras notícias sobre Isabel dos Santos começaram a ser divulgadas, Rui Pinto e os seus dois advogados, Francisco Teixeira da Mota e o francês William Bourdon, ponderaram

assumir de imediato a autoria da fuga de informações que permitiu ao Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ, na sigla em inglês) denunciar a forma como a filha mais velha do ex-Presidente de Angola construiu um império de 2,2 mil milhões de euros. Mas, "para não criar ruído" à volta do caso *Luanda Leaks*, como explica fonte ligada à defesa de Rui Pinto, o *hacker* e os seus advogados preferiram esperar pelos desenvolvimentos do escândalo que emergiu daquelas notícias e guardaram essa revelação para a passada segunda-feira, 27.

Há algum tempo que Rui Pinto procurava conter as expectativas. Semanas antes de ser preso pelas autoridades húngaras,

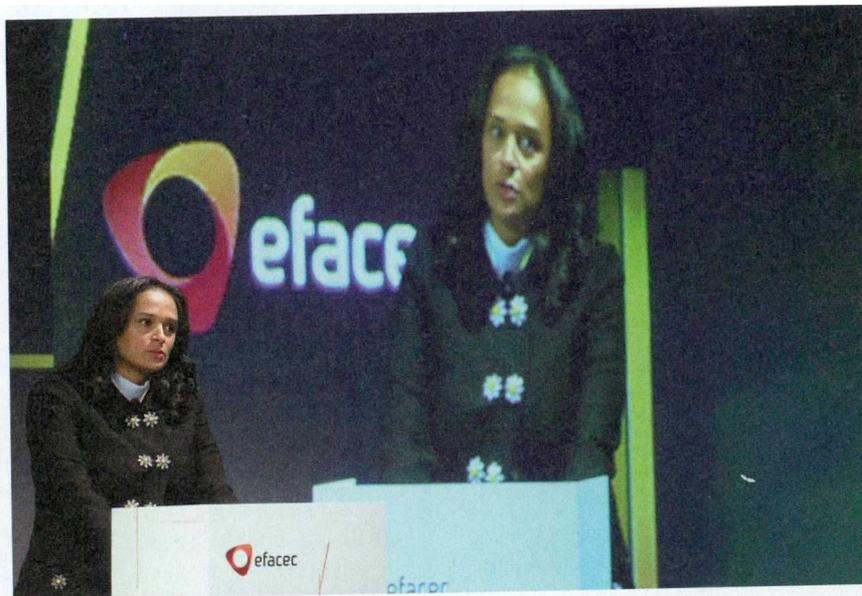
em janeiro do ano passado, no cumprimento de um mandado de detenção europeu emitido pelo Ministério Público (MP) português, o pirata informático tinha entregado um disco rígido com 715 mil documentos a William Bourdon, que também é fundador da Plataforma de Proteção de Denunciantes em África. Bourdon facultaria depois esse disco ao ICIJ. À época, Rui Pinto apenas sabia que ali estavam informações comprometedoras para Isabel dos Santos e o círculo mais próximo do seu pai. Os dados foram recolhidos em ataques informáticos a várias instituições, entre as quais estava a sociedade portuguesa de advogados PLMJ, onde o *hacker* acedeu a cerca de 150

computadores entre outubro e o final de dezembro de 2018. Os peritos informáticos daquela sociedade estimavam que tivesse sido retirada informação de dez mil pastas e calculavam, na altura, que só uma ínfima parte (cerca de 2%) teria sido revelada em blogues associados a Rui Pinto.

Outra sociedade de advogados, a Vieira de Almeida, que prestou consultoria a Isabel dos Santos, também foi alvo de ataque, mas – ao contrário da PLMJ – optou por não apresentar queixa. A primeira iniciativa da firma fundada por José Miguel Júdice passou pela apresentação de uma providência cautelar que visava impedir a publicação, pelo semanário *Expresso* (que integra o ICIJ), de dados de computadores da PLMJ obtidos através daqueles acessos ilegítimos. Essa sociedade de advogados, na qual pontificam nomes como os de Nuno Morais Sarmiento (ex-ministro da Presidência de Durão Barroso, de 2002 a 2004) e Luís Pais Antunes (ex-secretário de Estado do Trabalho, no mesmo executivo), conseguiu o que pretendia.

MINISTÉRIO PÚBLICO SOB PRESSÃO

Tudo mudou um ano depois. As informações obtidas por Rui Pinto nos ataques à PLMJ e à Vieira de Almeida saltaram de um cofre fechado para as mãos dos 120 jornalistas, espalhados por cerca de 20 países. Já antes de o *hacker* assumir ser o autor único da fuga de informações que deram origem ao *Luanda Leaks*, ele e a sua equipa de advogados tinham discutido o risco de Rui Pinto vir a ser alvo de novos processos, movidos pelas pessoas e entidades visadas no escândalo, a começar por Isabel dos Santos. O perigo foi avaliado e a decisão manteve-se: assumir a responsabilidade pelo *leak*. “Ele sabe que não fez tudo bem, mas vê-se como um *whistleblower* (denunciante)”, diz à VISÃO fonte ligada à defesa do pi-



O processo nº1

Em outubro de 2013, o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) do Ministério Público agitou-se com a entrada de procurações da PLMJ para representar Isabel dos Santos e generais como Hélder Vieira Dias, ou Kopelipa, então ministro de Estado e chefe da Casa de Segurança do Presidente angolano José Eduardo dos Santos. Desde 2012, corria no DCIAP o processo NUIPC 142/12.OTELSB, em que se investigavam altas figuras do regime de Luanda por suspeitas de branqueamento de capitais. Esse processo ramificou-se para outros inquéritos, alguns dos quais continuam pendentes, passados oito anos. No comunicado dos advogados de Rui Pinto, divulgado na segunda-feira, 27, lê-se: “Está feita a prova de que, sem as imensas revelações do ‘Luanda Leaks’ (...), as autoridades reguladoras, policiais e judiciais nada teriam feito.”

rata informático. E Rui Pinto, acrescenta a mesma fonte, mostra-se “resiliente”, embora continue em prisão preventiva e a aguardar o julgamento de um processo que, além da PLMJ, envolve também, como queixosos, o Sporting, a Doyen (um fundo de investimento que se dedica à compra de passes de futebolistas e treinadores), a Federação Portuguesa de Futebol e a própria Procuradoria-Geral da República (PGR). O *hacker* é acusado de um crime de tentativa de extorsão, seis de acesso ilegítimo, 68 de acesso indevido, 14 de violação de correspondência e um de sabotagem informática.

No debate instrutório, a procuradora do Departamento Central de Investigação e Ação Penal Patrícia Barão, titular do processo que visa Rui Pinto, deu sempre sinais de que pretendia deduzir a acusação contra o *hacker* antes de expirar o prazo máximo para prisão preventiva – o que conseguiu. Mas apenas pôde usar informações de dois dos 12 discos rígidos apreendidos ao pirata informático aquando da sua detenção pelas autoridades húngaras. Isto porque dez desses discos permaneciam “blindados” pelo software usado para os encriptar. Ainda

assim, sabe-se que a procuradora Patrícia Barão abriu e dirige outros processos que continuam a visar apenas Rui Pinto.

À medida que aumenta a pressão pública sobre este caso, a estratégia do MP parece ter mudado. Há uma semana, o procurador-geral da República de Angola, Hélder Pitta Groz, esteve reunido com a homóloga portuguesa, Lucília Gago, em Lisboa. Agora, à VISÃO, um porta-voz da PGR confirma “a receção de pedidos de cooperação judiciária internacional em matéria penal”. E também assume que, ao contrário do que aconteceu até este momento, os alegados crimes praticados por Isabel dos Santos e por elementos do seu núcleo de confiança no nosso país serão investigados: “O Ministério Público não deixará de analisar toda a informação que tem vindo a público e de desencadear os procedimentos adequados no âmbito das suas atribuições.”

Há vários meses, o Ministério Público angolano – que, através de uma providência cautelar, conseguiu o arresto de bens da empresária, do marido, Sindika Dokolo, e do seu braço-direito português, Mário Leite da Silva – constituiu Isabel dos Santos arguida por suspeitas de ter desviado cerca de 1,1 mil milhões de dólares das empresas estatais de petróleo (Sonangol) e de diamantes (Sodiam). No friso de arguidos estão também quatro colaboradores portugueses: Sarju Raikundalia, ex-administrador financeiro da Sonangol; Leite da Silva, gestor pessoal da empresária e ex-presidente do Conselho de Administração do Banco de Fomento Angola; e Paula Oliveira, amiga de Isabel dos Santos e administradora da NOS (que também já renunciou às funções). O quinto suspeito seria Nuno Ribeiro da Cunha, gestor privado de Isabel dos Santos e diretor do private banking do EuroBic, que se suicidou a 22 de janeiro, em Lisboa, no mesmo dia em que foi constituído arguido em Angola.

Rui Pinto, esse, viu todas as suas contas bancárias e as dos familiares mais diretos serem passadas a pente fino pelos inspetores da PJ. “Não encontraram nada de suspeito”, diz fonte ligada à defesa. A estratégia em prol do estatuto de *whistleblower* está à vista. No comunicado de segunda-feira, 27, os advogados William Bourdon e Francisco Teixeira da Mota sublinham que, na fuga de informações que deu origem ao *Luanda Leaks*, o seu cliente cumpriu “um dever de cidadania, e sem qualquer contrapartida”.  prainho@visao.pt